



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS GUARABIRA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

GUILHERME DUTRA TAVARES

**SANÇÕES ECONÔMICAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS
SÓCIOECONÔMICAS: O CASO DE CUBA E VENEZUELA**

**GUARABIRA-PB
2024**

GUILHERME DUTRA TAVARES

**SANÇÕES ECONÔMICAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS
SOCIOECONÔMICAS: O CASO DE CUBA E VENEZUELA**

Trabalho de Conclusão de Curso
(Artigo) apresentado a/ao
Coordenação /Departamento do
Curso de Geografia da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de
graduação em Geografia.

Área de concentração: Geografia
econômica.

Orientador: Prof. Me. Elton Oliveira da Silva.

**GUARABIRA-PB
2024**

T231s Tavares, Guilherme Dutra.
Sanções econômicas e suas consequências
socioeconômicas [manuscrito] : o caso de Cuba e Venezuela /
Guilherme Dutra Tavares. - 2024.
38 f. : il. color.

Digitado.

Artigo Científico (Graduação em Geografia) - Universidade
Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2024.

"Orientação : Prof. Me. Elton Oliveira da Silva,
Departamento de Geografia - CH".

1. Sanções Econômicas. 2. Cuba. 3. Venezuela. 4.
Relações de poder. 5. Impacto humanitário. I. Título

21. ed. CDD 339.5

GUILHERME DUTRA TAVARES

SANÇÕES ECONÔMICAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS
SOCIOECONÔMICAS: O CASO DE CUBA E VENEZUELA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do
Curso de Geografia da
Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção
do título de Licenciado em
Geografia.

Área de concentração: Geopolítica.

Aprovada em: 07/11/2024.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Belarmino Mariano Néto** (***.848.294-**), em **29/11/2024 23:19:03** com chave **78148384aec111ef89f01a7cc27eb1f9**.
- **Elton Oliveira da Silva** (***.961.234-**), em **29/11/2024 19:03:11** com chave **b9916382ae9d11ef92382618257239a1**.
- **Ana Carla dos Santos Marques** (***.378.604-**), em **02/12/2024 05:54:26** com chave **08a4385cb08b11ef84ce06adb0a3afce**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QrCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Termo de Aprovação de Projeto Final

Data da Emissão: 02/12/2024

Código de Autenticação: 7f1069



DEDICO ao meu tio, pela dedicação, companheirismo e amizade, a minha querida bisavó que esteve comigo em grande parte da minha vida, ao meu orientador, que esteve me auxiliando durante toda a trajetória acadêmica.

As sanções econômicas, muitas vezes vistas como uma ferramenta diplomática pacífica, podem se transformar em armas silenciosas que destroem as bases econômicas de uma nação, punindo principalmente os mais vulneráveis e perpetuando o sofrimento social.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 –	22
Gráfico 2 –	26
Gráfico 3 –	29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

OTAN	Organização do tratado do atlântico norte
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
2 METODOLOGIA	15
3 REFERENCIAL TEÓRICO	16
3.1 RELAÇÕES DE PODER	16
3.2 SANÇÕES ECONÔMICAS	18
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	21
4.1 ANÁLISE DO IMPACTO SOCIOECONÔMICA DE CUBA	21
4.2 ANÁLISE DO IMPACTO SOCIOECONÔMICA DA VENEZUELA.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35

SANÇÕES ECONÔMICAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS: O CASO DE CUBA E VENEZUELA

ECONOMIC SANCTIONS AND THEIR SOCIOECONOMIC CONSEQUENCES: THE CASE OF CUBA AND VENEZUELA

GUILHERME DUTRA TAVARES

RESUMO

As sanções econômicas tornaram-se instrumentos frequentes na geopolítica contemporânea, sendo empregadas por potências internacionais como alternativas às intervenções militares diretas. No entanto, essas medidas, apresentadas como mecanismos de pressão pacíficos, têm gerado debates acalorados sobre seus reais impactos nos países-alvo e nas populações civis. O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos das sanções econômicas impostas a Cuba e Venezuela, avaliando como essas medidas de pressão internacional, geralmente apresentadas como alternativas pacíficas às intervenções armadas, afetam profundamente as populações civis e a estabilidade econômica dos países-alvo. A pesquisa adota uma abordagem exploratória e descritiva, fundamentada no método histórico, com o objetivo de identificar as consequências das sanções ao longo do tempo e suas implicações nas relações de poder. Em Cuba, o embargo econômico, vigente desde 1960, comprometeu a economia nacional e restringiu o acesso a bens e serviços essenciais, perpetuando a dependência e limitando o desenvolvimento autônomo do país. Na Venezuela, as sanções impostas a partir de 2014 aprofundaram uma crise humanitária, caracterizada por escassez de alimentos e medicamentos, aumento da pobreza e migração em massa. Fundamentado nas contribuições de teóricos como Iná Elias de Castro, Claude Raffestin e David Harvey, este trabalho examina as sanções econômicas como mecanismos de dominação indireta, atuando na “geopolítica de exclusão” e mantendo a hegemonia das potências sancionadoras. A análise revela que as sanções, longe de promoverem estabilidade e paz, geram exclusão prolongada e sofrimento social, comparável em alguns casos aos impactos de um conflito armado, levantando questões éticas sobre sua eficácia e a necessidade de alternativas mais humanitárias.

Palavras-Chave: Sanções Econômicas, Cuba, Venezuela, Relações De Poder, Impacto Humanitário.

ABSTRACT

Economic sanctions have become frequent instruments in contemporary geopolitics, being used by international powers as alternatives to direct military interventions. However, these measures, presented as peaceful pressure mechanisms, have generated heated debates about their real impacts on target countries and civilian populations. The present work aims to analyze the impacts of the economic sanctions imposed on Cuba and Venezuela, evaluating how these international pressure measures, generally presented as peaceful alternatives to armed interventions, profoundly affect civilian populations and the economic stability of target countries. The research adopts an exploratory and descriptive approach, based on the historical method, with the aim of identifying the consequences of sanctions over time and their implications for power relations. In Cuba, the economic embargo, in force since 1960, compromised the national economy and restricted access to essential goods and services, perpetuating dependence and limiting the country's autonomous development. In Venezuela, sanctions imposed since 2014 have deepened a humanitarian crisis, characterized by shortages of food and medicine, increased poverty and mass migration. Based on the contributions of theorists such as Iná Elias de Castro, Claude Raffestin and David Harvey, this work examines economic sanctions as mechanisms of indirect domination, acting in the "geopolitics of exclusion" and maintaining the hegemony of the sanctioning powers. The analysis reveals that sanctions, far from promoting stability and peace, generate prolonged exclusion and social suffering, comparable in some cases to the impacts of an armed conflict, raising ethical questions about their effectiveness and the need for more humanitarian alternatives.

Keywords: Economic Sanctions, Cuba, Venezuela, Power Relations, Humanitarian Impact.

INTRODUÇÃO

As sanções econômicas têm sido amplamente utilizadas como ferramentas de pressão internacional e, muitas vezes, são apresentadas como alternativas pacíficas em comparação às intervenções armadas. Essas medidas são impostas, principalmente, com o objetivo de isolar politicamente países que não seguem as normas ditadas pela comunidade internacional, restringindo sua capacidade de participar do mercado global e, em consequência, enfraquecendo sua economia. No entanto, a aplicação de sanções econômicas não é isenta de críticas, especialmente quando se trata dos impactos profundos e prolongados que causam nas sociedades afetadas, como é o caso de Cuba e Venezuela. Nesses países, as sanções não apenas fragilizaram o desenvolvimento econômico, mas também afetaram drasticamente a qualidade de vida de suas populações, gerando uma série de efeitos colaterais que vão desde a escassez de alimentos até o colapso de sistemas de saúde.

Para investigar esses efeitos, este estudo adota uma abordagem exploratória e descritiva. Conforme destacam Sampieri, Collado e Lucio (2013), a pesquisa exploratória permite ampliar o entendimento sobre fenômenos complexos, enquanto a descritiva detalha as características e os impactos específicos das sanções econômicas. Além disso, emprega-se o método histórico, conforme orientações de Marconi e Lakatos (2017), para examinar o desenvolvimento das sanções ao longo do tempo e como elas moldaram as condições atuais em Cuba e Venezuela. Dessa forma, a pesquisa busca não apenas entender a dinâmica das sanções, mas também avaliar seus impactos duradouros e implicações geopolíticas.

No contexto venezuelano, as sanções ganharam força a partir de 2014, com restrições impostas ao comércio de petróleo e a setores financeiros estratégicos. Essas medidas, além de desestabilizarem a economia venezuelana, contribuíram para o agravamento de uma crise humanitária que já se desenrolava no país. A escassez de alimentos, medicamentos e outros recursos básicos tornou-se uma realidade cada vez mais presente, afetando diretamente a população e criando um ambiente de extrema vulnerabilidade social. Para muitos venezuelanos, as sanções representaram um agravamento

de problemas preexistentes, levando o país a uma situação de hiperinflação, aumento da pobreza e crescente migração para países vizinhos, em busca de condições de vida mais dignas.

As sanções econômicas podem ser interpretadas como ferramentas que reforçam as relações de poder e dominação entre nações, inserindo-se em um contexto de “geopolítica de exclusão”, conforme a linha de pensamento de Iná Elias de Castro. Ao impor isolamento econômico a determinados países, essas sanções limitam a capacidade dessas nações de desenvolver modelos de organização e políticas que contrariem o sistema econômico dominante. Esse mecanismo atua em uma lógica geopolítica na qual potências globais buscam consolidar e ampliar sua influência, exercendo controle sobre a soberania de outros Estados. Dessa forma, as sanções funcionam como instrumentos indiretos de imposição de poder, restringindo alternativas ao modelo de mercado hegemônico e aprofundando as desigualdades no cenário internacional.

No caso de Cuba e Venezuela, essa exclusão visa não apenas impactar a economia local, mas também limitar o alcance das ideologias políticas que desafiam a hegemonia dos países sancionadores.

Claude Raffestin, em *Por uma Geografia do Poder*, contribui para essa análise ao afirmar que o controle econômico é uma das mais eficazes formas de dominação, pois permite o exercício do poder à distância (Raffestin, 1993). Essa perspectiva revela que o impacto das sanções vai além das questões econômicas, penetrando na soberania dos países afetados e impondo-lhes restrições que dificultam sua autonomia e capacidade de ação. Através desse poder indireto, as sanções atuam como um mecanismo de coerção que não necessita de presença física, mas que exerce uma pressão constante e abrangente sobre as estruturas de poder interno de um país.

O caso cubano é emblemático. Desde 1960, a ilha caribenha sofre com um embargo imposto pelos Estados Unidos, que restringe seu acesso a bens e serviços essenciais, comprometendo o desenvolvimento da economia local. Com isso, Cuba foi forçada a adaptar seu modelo econômico e a buscar alternativas para sobreviver em um cenário de isolamento internacional. A resposta do governo cubano foi a implementação de políticas que priorizassem a educação e a saúde, setores que conseguiram manter-se em relativo bom estado, apesar das dificuldades. Contudo, o embargo limitou o país em aspectos

essenciais, como a modernização de infraestrutura e a inserção em mercados globais, perpetuando a dependência econômica e a estagnação de seu crescimento.

David Harvey, em *O Novo Imperialismo*, oferece outra perspectiva sobre o uso das sanções ao observar que as sanções econômicas revelam-se como ferramentas de um novo imperialismo, onde o poder não reside mais na ocupação territorial, mas no controle dos fluxos econômicos e financeiros (Harvey, 2003). Através dessa lente, as sanções são vistas como uma forma de manter o status quo, preservando o domínio das potências hegemônicas ao impor limites ao desenvolvimento dos países sancionados, especialmente quando estes optam por modelos políticos e econômicos alternativos, como o socialismo cubano e o bolivarianismo venezuelano.

Essa análise crítica dos efeitos das sanções econômicas justifica-se pela necessidade de questionar a ética e a eficácia dessas medidas, especialmente em um contexto onde a comunidade internacional busca promover a paz e o respeito aos direitos humanos. Em vez de facilitar uma transição para a estabilidade, as sanções frequentemente causam uma degradação contínua das condições de vida, transformando-se em uma forma silenciosa de violência que, em alguns casos, pode ser tão prejudicial quanto um conflito armado. Além disso, as sanções impõem um tipo de sofrimento prolongado, uma vez que os países afetados não contam com o mesmo nível de apoio humanitário e reconstrutivo que normalmente é mobilizado em situações de pós-guerra, como ocorre em países como Ucrânia e Israel.

Neste estudo, que se baseia em uma análise dos impactos econômicos e sociais das sanções em Cuba e Venezuela, serão discutidos os efeitos dessas políticas à luz das relações de poder, território e exclusão. Com uma abordagem que integra contribuições de autores como Castro, Raffestin e Harvey, esta pesquisa pretende contribuir para um debate mais profundo sobre os impactos das sanções econômicas na vida das populações e para a reflexão sobre formas alternativas de promover a paz e a estabilidade sem recorrer a mecanismos que perpetuem a exclusão e o sofrimento.

2 METODOLOGIA

O presente estudo foi dividido em duas etapas: pesquisa bibliográfica e análise de dados encontrados através da pesquisa. Sendo assim, a pesquisa se caracteriza como exploratória, descritiva e quantitativa. A princípio ela é de caráter exploratório, pois existem poucas discussões sobre os impactos causados pelas sanções econômicas, como também sobre as relações de poder. Inclusive os autores (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013) afirmam que a pesquisa começa com o aspecto exploratório, pelo fato de existirem apenas ideias vagas, nada concretas, relacionados ao tema e posteriormente caracteriza-se como descritiva por buscar descrever como um grupo específico se comporta.

Segundo Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa exploratória é um complemento da pesquisa descritiva, pois a descritiva tem como objetivo descrever as características das organizações e da população, enquanto a exploratória enseja uma maior familiaridade do pesquisador com o seu problema de pesquisa e com a construção de seus objetos.

A pesquisa bibliográfica aconteceu por consulta em livros, revistas, artigos científicos, e teve como apoio os autores Bandeira (2012), Castro (2005), Harvey (2003), Granma (2016), Resende (2022), Raffestin (1993), que contribuíram para a construção do referencial teórico. O estudo iniciou-se com uma revisão teórica aprofundada dos conceitos de sanções econômicas, onde foi aprofundado sobre a geografia da desigualdade, buscando uma abordagem sobre o espaço e a justiça social, visando compreender as relações de poder causadas pelas sanções.

A pesquisa assumiu o método histórico, pois ele permite analisar acontecimentos do passado que causam impactos nos dias atuais, ou seja, como as sanções impostas em outra época a Cuba e a Venezuela refletem problemas hoje em dia, no desenvolvimento econômico e social desses países. Conforme Marconi e Lakatos (2003, p. 106) “o método histórico preenche vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos”.

Ao longo da pesquisa, foram utilizados dados provenientes de fontes confiáveis, como relatórios de organizações internacionais (ONU, FMI, Banco

Mundial). A coleta de dados focou principalmente em indicadores econômicos, como PIB, taxa de inflação, desemprego, comércio internacional e a disponibilidade de recursos essenciais. Os dados coletados foram tratados e foram apresentados no formato de gráfico, com o intuito de facilitar o entendimento das informações

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 RELAÇÕES DE PODER

A aplicação de sanções econômicas e políticas contra Cuba e Venezuela representa uma manifestação concreta das relações de poder na geopolítica das Américas, sustentada por uma estrutura de dominação que visa preservar a influência dos Estados Unidos na região. Para Iná Elias de Castro (2005), esse fenômeno configura-se como uma espécie de “geopolítica de exclusão” ou “geopolítica da exclusão”, na qual os Estados Unidos utilizam o poder econômico para isolar países e restringir o desenvolvimento de modelos alternativos ao capitalismo liberal, preservando sua hegemonia regional (Castro, 2005). No caso de Cuba e Venezuela, essa exclusão busca enfraquecer suas economias e limitar o alcance das ideologias socialista e bolivariana.

Para Claude Raffestin, em (1993), o poder pode ser exercido à distância, por meio de mecanismos econômicos e políticos que controlam o comportamento de nações sem a necessidade de ocupação territorial direta. Raffestin argumenta que o controle territorial moderno se dá de forma indireta, impondo limitações à autonomia através de barreiras econômicas (Raffestin, 1993). Esse conceito é evidente nas sanções a Cuba, que, desde o embargo de 1960, enfrenta restrições severas que dificultam seu acesso ao mercado global e prejudicam sua economia. As sanções configuram um “cercamento” simbólico, onde o país é forçado a operar dentro de um espaço limitado pelas potências estrangeiras.

Ademais, o trabalho de David Harvey (2005), discute a instrumentalização do sistema financeiro global como uma nova forma de imperialismo. Segundo ele, o imperialismo contemporâneo não se baseia na ocupação direta, mas na dominação através de fluxos econômicos e limitações

política (Harvey, 2005). As sanções impostas a Venezuela e Cuba exemplificam essa prática, uma vez que restringem o acesso de ambos os países a recursos e investimentos essenciais, impondo dificuldades ao desenvolvimento de políticas soberanas.

No que diz respeito ao conceito de território, Agripino Souza Coelho Neto (2013), explora como as sanções internacionais configuram um território delimitado pela dominação econômica. O território é definido não apenas pela sua dimensão física, mas pelas dinâmicas de poder que o configuram e o controlam (Coelho Neto, 2013). Cuba e Venezuela estão, nesse sentido, “territórios de poder” onde a influência dos EUA busca inibir o desenvolvimento de alternativas políticas que desafiem sua hegemonia regional.

Além disso, Carlos Walter Porto-Gonçalves (2001) aprofunda a análise da relação entre imperialismo e a restrição de desenvolvimento autônomo dos países latino-americanos. Ele aponta que o controle territorial na América Latina é mantido pela exclusão econômica e pela dependência imposta, configurando uma nova forma de neocolonialismo (Gonçalves, 2001). A exclusão de Cuba do mercado internacional e as sanções a Venezuela reforçam essa estrutura neocolonial, onde a limitação de suas economias resulta em dependência e submissão indireta.

Nancy Peluso e Michael Watts, em *Violent Environments* (2001), abordam o conceito de “ambientes violentos”, sustentando que as sanções econômicas criam contextos onde os Estados não têm condições de responder livremente às necessidades internas. Para os autores, os ambientes violentos são construídos por políticas externas e sanções que forçam Estados a se manterem em posição de vulnerabilidade (Peluso & Watts, 2001). O impacto dessas sanções no desenvolvimento autônomo é evidente tanto em Cuba, que há décadas lida com as restrições do embargo norte-americano, quanto na Venezuela, que enfrenta restrições severas em suas operações comerciais e financeiras oriundas de embargos econômicos.

Diante desses aspectos, essas sanções, portanto, vão além de uma política externa dos EUA; representam uma estratégia de controle e exclusão que integra os conceitos de territorialidade e poder discutidos por autores como Castro, Raffestin e Coelho Neto. A análise geopolítica evidencia como o controle econômico e diplomático molda o espaço geográfico de nações como Cuba e

Venezuela, que, sem recursos e com opções limitadas de comércio e desenvolvimento, são forçadas a operar dentro de uma esfera de poder delimitada pelas potências centrais. Dessa forma, a relação espaço-poder emerge como uma constante nas práticas imperialistas contemporâneas, reafirmando o papel das sanções como ferramentas de dominação indireta.

3.2 SANÇÕES ECONÔMICAS

As sanções são uma arma antiga que precede a Grécia Antiga, onde eram utilizadas para a perda de direitos políticos e sociais. Com o passar do tempo, as sanções foram se atualizando e atualmente podem ser categorizadas com base em sua natureza, abrangendo aspectos como comerciais, financeiros, assistência militar, armamentos, restrições de viagem, entre outros. Além disso, foram classificadas de acordo com seus objetivos, que podem incluir a indução de alterações em políticas específicas, a desestabilização de regimes, a prevenção ou resolução de conflitos armados, a proteção dos direitos humanos, o restabelecimento da democracia, a luta contra o terrorismo e a solução de disputas territoriais, podendo se estender a novas modalidades conforme o “perigo” que o país sancionado demonstre.

As sanções econômicas internacionais são um importante mecanismo de política externa, pois são consideradas uma medida mais rigorosa que a diplomacia, porém menos violenta que a guerra. Sua aplicação é justificada como uma alternativa ao uso de forças militares, e tem como objetivo coagir o comportamento de atores estatais e não estatais que ameaçam os interesses do agente sancionador, ou que violem as normas internacionais (Resende, 2022, p. 7).

Torna-se imprescindível fazer uma análise a respeito das sanções e tentar identificar se elas são uma solução ou um problema. Tendo em vista que, com a atualização dessas normas do direito internacional e com a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, os países ficaram limitados, e, por obedecerem a tratados, o conflito pacífico tornou-se uma opção mais viável, principalmente quando se trata de parceiros comerciais ou de uma relação codependente.

De acordo com Galtung (1967), as sanções podem ser positivas ou negativas, através da premiação ou da punição do agente sancionado. As suas aplicações podem ser direcionadas tanto de forma focalizada, atingindo determinados grupos ou

indivíduos, quanto de forma abrangente, afetando o coletivo (uma nação como toda), de maneiras unilaterais (implementada por apenas um Estado), multilaterais (envolve vários Estados e até mesmo organizações internacionais) ou universais (abrange todos ou quase todos os atores internacionais) (Resende, 2022 *apud* Galtung, 1967).

Após a Revolução de 1959, os Estados Unidos sancionaram Cuba, e até hoje esse embargo está em vigência, o que resultou em uma perda significativa para o avanço da população cubana, principalmente pelo fato de Cuba ser dependente dos Estados Unidos na época da sanção. Com isso, Cuba buscou uma aproximação estratégica com a União Soviética para garantir sua sobrevivência econômica e política. Esse alinhamento permitiu que a ilha se beneficiasse do apoio soviético em forma de subsídios, comércio preferencial e recursos vitais, como petróleo e alimentos. Essa parceria foi crucial para sustentar as conquistas sociais da revolução, mas também criou uma dependência significativa. Quando a URSS entrou em colapso no início dos anos 1990, Cuba enfrentou severas crises econômicas, expondo as fragilidades dessa dependência.

Após ser sancionada pelos Estados Unidos em 1959, como resposta à Revolução Cubana, Cuba buscou uma aproximação estratégica com a União Soviética para garantir sua sobrevivência econômica e política. Esse alinhamento permitiu que a ilha se beneficiasse do apoio soviético em forma de subsídios, comércio preferencial e recursos vitais, como petróleo e alimentos. Essa parceria foi crucial para sustentar as conquistas sociais da revolução, mas também criou uma dependência significativa.

A dependência era paradoxal: a União Soviética fornecia recursos imediatos sem os quais as conquistas sociais da revolução cubana não seriam possíveis. Isso gerou a interpretação segundo a qual haveria um equilíbrio justo inerente à divisão internacional do trabalho socialista. Tal interpretação obnubilou a provisoriedade do arranjo geopolítico que dava origem a tais vantagens. A fim de explicar teoricamente os ganhos imediatos, a relação Cuba-URSS foi percebida de modo essencialista, representativa de uma nova natureza das trocas entre nações, que somente seria possível dentro de um paradigma não capitalista de relações internacionais (Vasconcelos, 2016, p. 121.).

Quando a URSS entrou em colapso no início dos anos 1990, Cuba enfrentou severas crises econômicas, expondo as fragilidades dessa dependência.

Por 138 votos, a Assembleia Geral da ONU aprovou o fim do embargo dos EUA contra Cuba. “O bloqueio é um ato de guerra econômica em tempos de paz”, disse o chanceler cubano, Bruno Rodríguez, na tribuna, após lembrar que “mais de 80% da população cubana só viveu” sob o regime de sanções unilaterais americanas. A persistência do embargo comercial imposto pelos Estados Unidos a Cuba tem sido reconhecida como um fator significativo que contribuiu para o retrocesso econômico do país. Apesar dos esforços de desenvolvimento econômico empreendidos por Cuba, o impacto negativo do embargo dificultou severamente seus avanços e manteve o país em uma situação de estagnação.

Segundo Mello, (2020) “As sanções econômicas impostas contra a Venezuela começam em 2014, com a aprovação pelo congresso dos Estados Unidos da Lei de Defesa dos Direitos Humanos na Venezuela nº113-278”. Após 6 anos do primeiro embargo, a Venezuela já foi sancionada mais de 100 vezes e com isso, caminhou para uma crise humanitária. Inúmeras vidas foram perdidas através desses embargos e em 2019 ocorreram outras sanções.

As sanções implementadas em 2019, incluindo o reconhecimento de um governo paralelo, aceleraram essa privação e também cortaram a Venezuela da maior parte do sistema de pagamentos internacionais, acabando com grande parte do acesso do país a essas importações essenciais, incluindo remédios e alimentos — mesmo aqueles que poderiam ser normalmente comprados com os dólares disponíveis. Não há dúvida de que todas essas sanções, desde agosto de 2017, tiveram graves impactos na vida e na saúde humanas (Weisbrot; Sachs, 2019, p. 15).

Sanções no passado surgiram como uma forma de preservação a vida humana, mas com o passar do tempo e o avanço das mesmas, podemos ter um diagnóstico melhor do quão nocivas elas são a vida. Tanto que podem ser equiparadas a um conflito armado em grandes proporções. Nos últimos anos a constante ameaça de uma guerra entre as potências globais fizeram que esses embargos fossem usados de forma impensada para o quesito populacional. Nesse aspecto podemos destacar a insalubridade e a forma como a vida é mudada de acordo com o embargo que é direcionado ao outro país.

Em fevereiro de 2022 a Rússia iniciou uma investida armada contra a Ucrânia, o que fez com que a mesma fosse refém de embargos que desvalorizaram a sua moeda e pôr fim a sua economia foi desestabilizada por um período. A Rússia sendo uma das maiores potencias econômicas conseguiu maneiras de “burlar” essas sanções.

No caso específico da Rússia, uma potência regional com uma economia de grande porte e rica em recursos minerais e energéticos, a efetividade das sanções econômicas torna-se um desafio, em virtude da dificuldade de promover um isolamento eficaz de sua economia (Medeiros, 2023, p. 25).

Ademais, segundo (Medeiros, 2023), a complexidade do contexto geopolítico Russo, acarreta em um aumento em relação a dificuldade de persuadir Moscou a adotar uma abordagem pacífica em relação ao conflito com a Ucrânia. A presença crescente da China e da Índia como atores influentes no setor de combustíveis fósseis não apenas fortalece as relações econômicas e diplomáticas desses países com a Rússia, mas também pode mitigar qualquer pressão internacional exercida sobre Moscou. Além disso, a dependência energética de muitas nações em relação à Rússia impõe limites à eficácia das sanções e das medidas coercitivas como meios de persuasão. Isso sugere que encontrar uma solução pacífica para o conflito exigirá abordagens multifacetadas e uma diplomacia habilidosa, capaz de equilibrar interesses regionais e globais de maneira delicada.

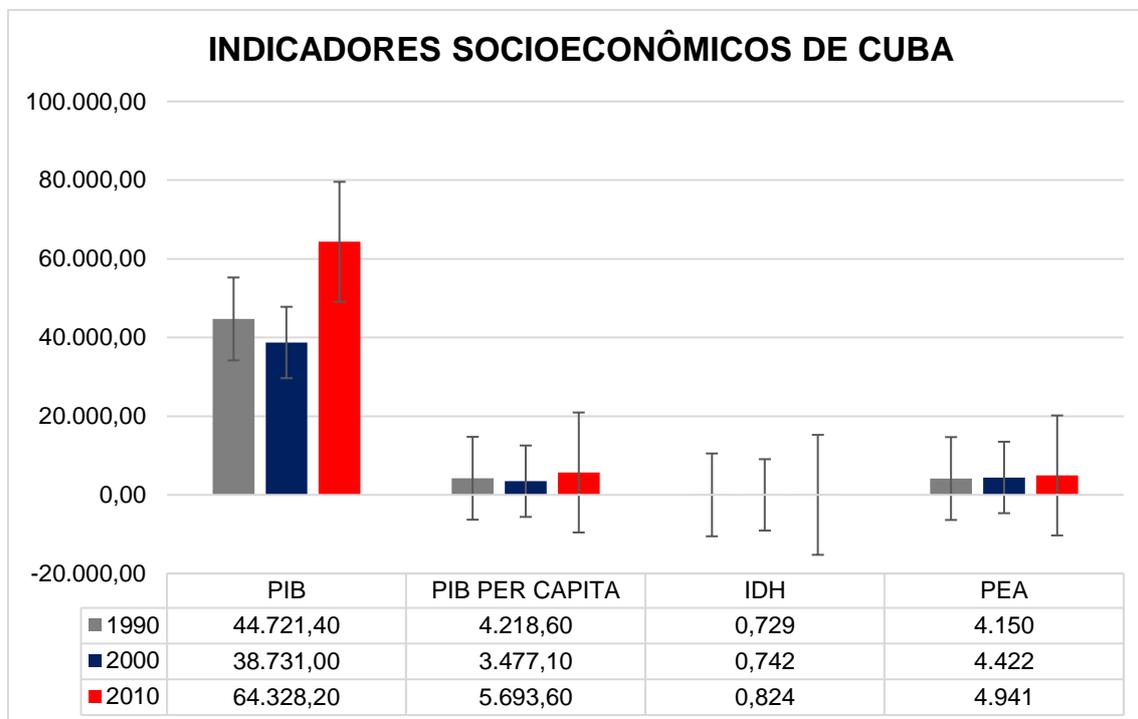
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 ANÁLISE DO IMPACTO SOCIOECONÔMICA DE CUBA

O gráfico abaixo apresenta uma análise dos principais indicadores socioeconômicos de Cuba ao longo de três décadas: 1990, 2000 e 2010. Os indicadores selecionados são: o Produto Interno Bruto (PIB), o PIB per capita, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a População Economicamente Ativa (PEA). Esses dados permitem avaliar a evolução da economia cubana, observando como as políticas internacionais, bem como o impacto das potencias

internacionais no mundo globalizado, influenciando o desempenho econômico e social do país em diferentes períodos.

Gráfico 1:



FONTE: Universidade de São Paulo. Portal Latino-Americano: Cuba.

A análise dos indicadores socioeconômicos de Cuba revela a complexidade das transformações econômicas que o país sofreu ao longo do tempo, principalmente devido às sanções econômicas impostas, de maneira destacada, pelos Estados Unidos. Desde o início da década de 1960, o embargo comercial e as sanções financeiras contra Cuba moldaram profundamente a trajetória econômica e social da ilha, restringindo suas oportunidades de comércio, acesso a investimentos externos, e tecnologia. Tais restrições impactaram diretamente o crescimento econômico e as condições de vida da população cubana, alterando de maneira significativa indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB), o PIB per capita e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Para compreender a profundidade dessa dinâmica, torna-se necessário dividir a análise em três fases: a primeira, marcada pelo apoio soviético e as primeiras sanções (1960-1989), a segunda, em que Cuba enfrentou a crise econômica do “Período Especial” com o colapso da União

Soviética (1990-1999), e, por fim, a fase de recuperação econômica limitada e novas parcerias comerciais com a Venezuela e a China (2000-2010).

A primeira fase da imposição das sanções ocorreu logo após a Revolução Cubana de 1959, quando o governo de Fidel Castro nacionalizou propriedades e empresas americanas (Bandeira, 2012), o que levou o governo dos Estados Unidos a implementar um embargo econômico, que se intensificou a partir de 1962. Durante esse período, Cuba encontrou um certo equilíbrio econômico graças ao apoio da União Soviética. A URSS comprava produtos cubanos a preços elevados e fornecia petróleo, alimentos e outros bens essenciais, permitindo que o PIB cubano mantivesse certa estabilidade. Apesar das sanções, a economia cubana se manteve em crescimento, embora dependente dos subsídios soviéticos e vulnerável a mudanças no cenário internacional. Contudo, como observa Silva (2013), essa relação de dependência com a URSS expôs a economia cubana a grandes fragilidades, que se tornaram evidentes com o colapso do bloco socialista no final dos anos 1980.

O período de maior crise econômica em Cuba ocorreu na década de 1990, quando o colapso da União Soviética levou o país a um colapso econômico severo. Esse evento, combinado com o agravamento das sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos, culminou no que ficou conhecido como o "Período Especial". Durante essa fase, a economia cubana experimentou uma recessão grave, que afetou negativamente a produção e as exportações do país. A perda de apoio soviético foi particularmente devastadora, uma vez que Cuba dependia fortemente dos subsídios e do comércio com a União Soviética.

Segundo Lopez (1994), "um erro decisivo -que leva a invalidar o análise- é não tomar como premissa o fato de que a economia cubana foi (e é) uma economia aberta, desenhada para se inserir na ordem econômica mundial e funcionar por meio de três pilares clássicos: monoexportação, multiimportação e monomercado preferencial. De aí as desastrosas consequências da ação simultânea, em um curto espaço de tempo, dos principais agentes catalisadores da situação atual: o processo de expansão globalizadora do sistema capitalista; as mudanças políticas ocorridas nos países da Europa Oriental e na União Soviética entre 1989 e 1991, que não só liquidaram os respectivos regimes socialistas, mas também desarticularam política e economicamente o gigante multinacional; e a renovada agressividade do imperialismo norte-americano, especificamente dos setores neoconservadores e seus aliados, entre eles o lobby de origem cubano, agrupado na Fundação

Cubano Norte-americana, todos com grande influência durante os dois últimos governos republicanos".

Esse cenário, em que se cruzam as transformações globais e a agressividade das políticas dos Estados Unidos, reforçou o isolamento econômico de Cuba, resultando em uma grave recessão. As sanções, aplicadas e reforçadas ao longo das décadas, tornaram-se uma das principais barreiras ao desenvolvimento do país, gerando uma situação em que Cuba ficou cada vez mais dependente de uma estrutura econômica interna fragilizada e de uma rede limitada de aliados internacionais.

O impacto dessas sanções foi ampliado pela Lei Torricelli (1992), que impôs novas restrições ao comércio, e pela Lei Helms-Burton (1996), que reforçou o embargo e ampliou suas punições. Essas políticas proibiram o comércio de produtos básicos com Cuba e reduziram ainda mais as oportunidades de negociação com outros países. Durante esse período, o PIB cubano sofreu uma queda drástica, de cerca de 36%, e o país viu suas exportações e importações reduzirem em mais de 70%, evidenciando a gravidade da crise econômica. A dependência do petróleo soviético foi substituída pela escassez de produtos essenciais, o que resultou em uma diminuição substancial da qualidade de vida da população cubana. Conforme destacado por Santoro (2010), o impacto das sanções combinadas com a perda de apoio externo trouxe uma crise humanitária que se refletiu em dificuldades no acesso a alimentos, medicamentos e serviços básicos.

A partir de 2000, com a introdução de reformas econômicas internas e a diversificação das parcerias internacionais, Cuba iniciou uma lenta recuperação. Durante essa fase, o governo cubano passou a buscar novas alianças comerciais, especialmente com a Venezuela e a China, que se tornaram parceiros estratégicos importantes. A produção interna foi estimulada e houve uma ampliação do setor privado, apesar das restrições impostas pelo embargo. O PIB cubano cresceu novamente, alcançando US\$ 64,3 bilhões em 2010, refletindo a resiliência do país em meio às dificuldades. Embora o crescimento fosse modesto e ainda abaixo de seu potencial, a recuperação indicava a capacidade do país de se adaptar às condições adversas, buscando alternativas para mitigar os impactos das sanções. No entanto, como destacam Granma

(2016) e Silva (2013), o crescimento do PIB estava restrito por um isolamento econômico contínuo e por limitações no acesso a mercados internacionais, financiamento e tecnologias. Mesmo com esse crescimento, o PIB per capita, que havia caído para US\$ 3.477,1 em 2000, ainda estava abaixo de seu nível anterior, refletindo as limitações do sistema econômico cubano diante das sanções.

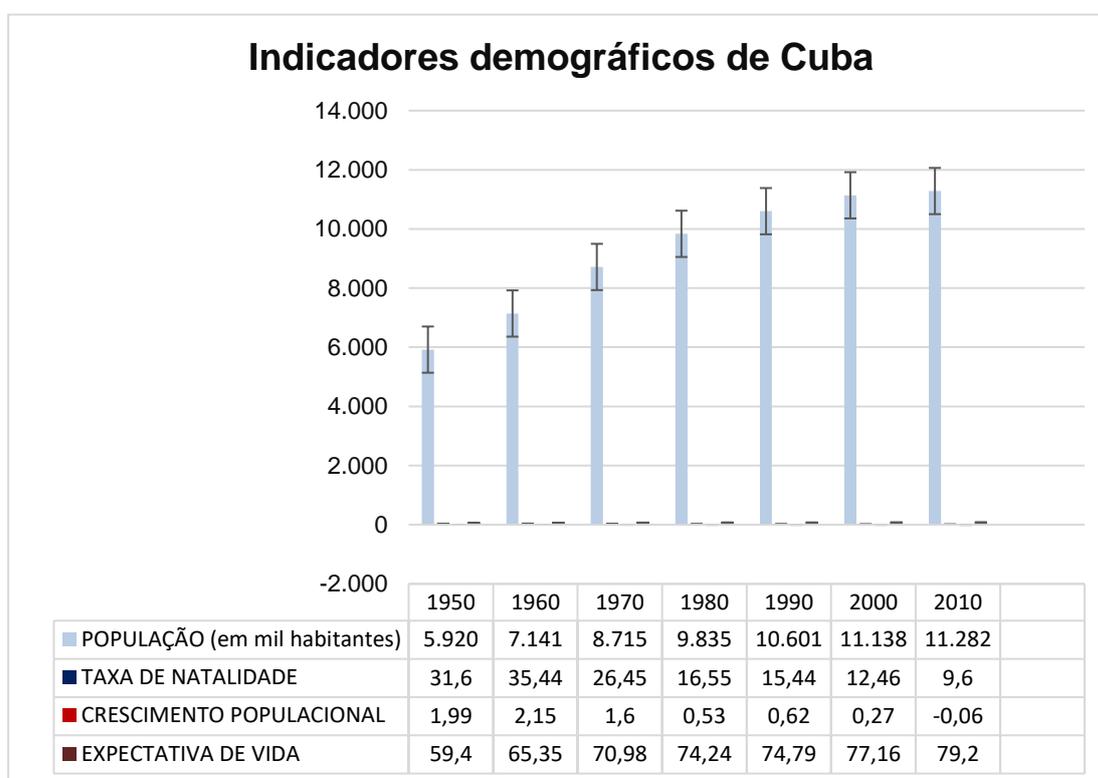
No caso cubano, destaca-se a dissociação entre o crescimento econômico e o desenvolvimento humano. Apesar das flutuações no PIB e no PIB per capita, resultantes das crises econômicas provocadas pelas sanções, Cuba conseguiu avançar significativamente no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Em 1980, o IDH cubano era de 0,681, aumentando para 0,742 em 2000, e alcançando 0,824 em 2010, um índice que coloca o país em uma posição de alto desenvolvimento humano. Esse crescimento no IDH reflete a continuidade das políticas sociais do governo cubano, que priorizou o acesso universal à educação e à saúde, setores fundamentais que atenuaram os efeitos da crise econômica. Mesmo durante o "Período Especial", quando a economia cubana enfrentava dificuldades extremas, o país manteve suas conquistas sociais, com elevados índices educacionais e de saúde, evidenciando a capacidade do governo de proteger o bem-estar da população, mesmo diante das dificuldades econômicas impostas pelas sanções e pelo isolamento.

Conforme destaca Granma (2016), embora o embargo e as sanções econômicas tenham gerado um isolamento econômico severo, o modelo social cubano, focado na educação e saúde, foi essencial para a preservação da qualidade de vida da população, assegurando que, mesmo em meio a crises, o país mantivesse um padrão mínimo de bem-estar social.

No que diz respeito às sanções, Santos (2002) e Valério (2017) discutem as diversas formas que essas podem assumir no contexto internacional. Segundo Santos (2002), o embargo e o boicote são as formas mais comuns de sanções econômicas, sendo que o embargo consiste na proibição de exportações para o país sancionado, podendo evoluir para a interrupção total das relações comerciais. O boicote, por sua vez, proíbe a importação de bens e serviços do país alvo. Valério (2017), por sua vez, identifica os boicotes secundários, que consistem na punição de agentes comerciais que mantêm relações com o país sancionado, além de outras medidas como o

contingenciamento quantitativo de importações e a proibição de exportação de produtos específicos, todas aplicadas em diferentes momentos no caso cubano. Portanto, as sanções econômicas contra Cuba, embora tenham imposto severas restrições ao seu crescimento econômico, não impediram o país de avançar em seu desenvolvimento humano, que se manteve estável devido à forte prioridade dada aos setores sociais. Contudo, como demonstrado nas fases da análise, Cuba continua sendo afetada pela persistência do embargo e das sanções, que limitam a capacidade de crescimento e de diversificação econômica do país

GRÁFICO 2:



Fonte: Universidade de São Paulo. Portal Latino-Americano: Cuba.

O gráfico apresentado ilustra a evolução de indicadores demográficos fundamentais em Cuba entre 1950 e 2010, revelando aspectos importantes como o crescimento da população, taxa de natalidade, crescimento populacional e expectativa de vida. Esses dados refletem não apenas as transformações naturais de um país ao longo de seis décadas, mas também o impacto profundo das sanções econômicas e políticas impostas pelos Estados Unidos desde 1960, um embargo que moldou significativamente o desenvolvimento econômico e social da ilha. Cuba, enfrentando enormes desafios econômicos decorrentes

dessas restrições, conseguiu apresentar uma trajetória demográfica resiliente, ainda que marcada por importantes mudanças nas suas taxas de crescimento.

A população total de Cuba passou de 5,9 milhões em 1950 para 11,2 milhões em 2010. O crescimento contínuo, especialmente nas primeiras décadas, reflete uma expansão populacional robusta, mesmo diante das adversidades econômicas causadas pelas sanções internacionais. O embargo impôs severas restrições à importação de bens essenciais, como alimentos, medicamentos e tecnologia, afetando a economia cubana de forma abrangente. No entanto, a implementação de um sistema de saúde pública eficiente, juntamente com políticas sociais voltadas para o bem-estar da população, permitiu que o país mantivesse um nível básico de qualidade de vida, o que contribuiu para o aumento populacional, especialmente até os anos 1980

No entanto, o crescimento populacional começou a desacelerar significativamente após esse período, caindo de 1,99% em 1950 para 0,27% em 2000 e, eventualmente, atingindo um valor negativo de -0,06% em 2010. A desaceleração coincide com a intensificação dos efeitos do embargo, particularmente após a dissolução da União Soviética em 1991, principal parceiro econômico de Cuba. O colapso do bloco socialista mergulhou a economia cubana em uma profunda crise, exacerbando a escassez de recursos e levando a uma emigração em massa de cubanos em busca de melhores oportunidades econômicas no exterior. Essa emigração em larga escala contribuiu para a queda nas taxas de crescimento populacional, além de limitar a expansão da força de trabalho e da base produtiva do país.

A taxa de natalidade também apresentou uma queda expressiva, diminuindo de 31,6 nascimentos por mil habitantes em 1950 para apenas 9,6 em 2010. Esta redução pode ser explicada por uma combinação de fatores, incluindo o maior acesso à educação, especialmente para mulheres, e a ampla disponibilização de serviços de saúde reprodutiva. Contudo, a difícil conjuntura econômica causada pelo embargo também desempenhou um papel fundamental nessa diminuição. A incerteza econômica, o aumento do custo de vida e a escassez de bens básicos podem ter desincentivado as famílias cubanas a terem mais filhos, resultando em uma queda acentuada da natalidade ao longo do tempo.

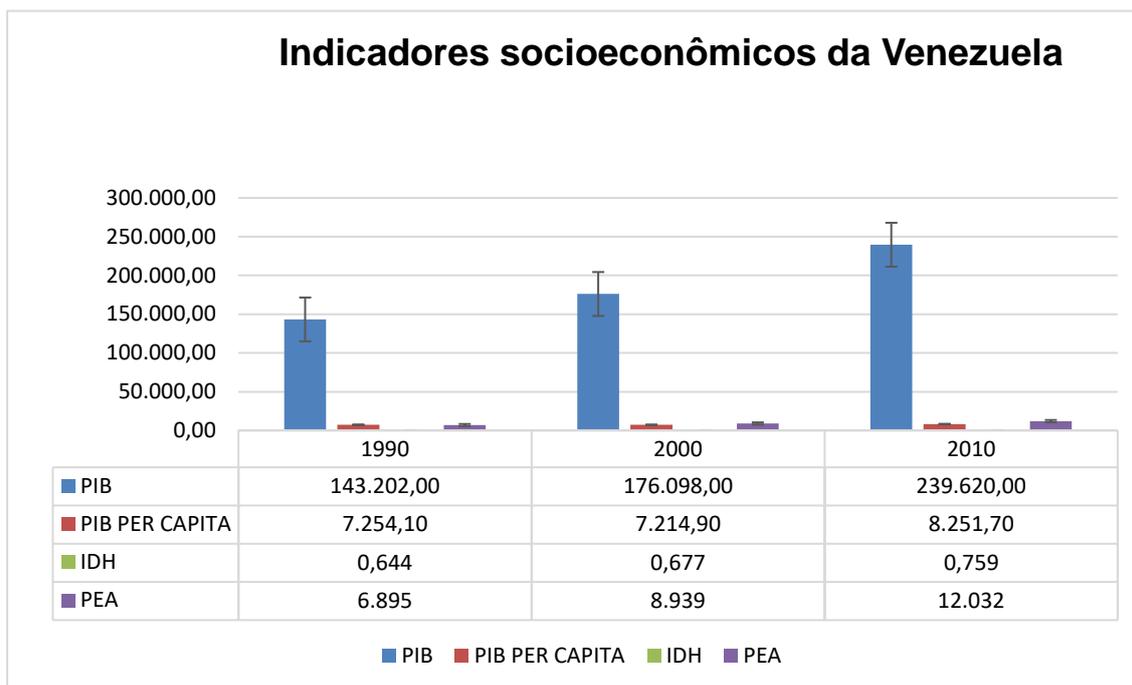
Em contrapartida, a expectativa de vida continuou a aumentar, mesmo diante das condições econômicas adversas. Em 1950, a expectativa de vida era de 59,4 anos, crescendo consistentemente até atingir 79,2 anos em 2010. Este aumento significativo é um testemunho do sucesso do sistema de saúde cubano, que, apesar das severas limitações impostas pelo embargo, conseguiu garantir o acesso universal aos serviços de saúde. A promoção de campanhas de vacinação em massa, a implementação de programas de saúde preventiva e o treinamento de profissionais de saúde altamente capacitados foram fatores essenciais que permitiram que Cuba alcançasse índices de longevidade comparáveis aos de países desenvolvidos.

Em resumo, o gráfico reflete a capacidade de adaptação de Cuba a um cenário de sanções prolongadas e crises econômicas, ao mesmo tempo que revela os impactos profundos dessas restrições nas suas dinâmicas demográficas. O embargo imposto pelos Estados Unidos, ao limitar o acesso a recursos e bens essenciais, teve implicações diretas no crescimento populacional e na taxa de natalidade, enquanto a política de saúde pública implementada pelo governo cubano conseguiu mitigar parte dos efeitos negativos, garantindo uma expectativa de vida elevada e uma população relativamente estável ao longo das décadas.

4.2 ANÁLISE DO IMPACTO SOCIOECONÔMICA DA VENEZUELA

O gráfico a seguir ilustra a evolução dos principais indicadores socioeconômicos da Venezuela nos anos de 1990, 2000 e 2010. Entre os indicadores avaliados estão o Produto Interno Bruto (PIB), o PIB per capita, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a População Economicamente Ativa (PEA). Esses dados oferecem uma perspectiva abrangente sobre o desenvolvimento econômico e social da Venezuela ao longo dessas três décadas, destacando o impacto das políticas internas e das condições externas sobre o desempenho do país em diferentes momentos históricos e como os embargos econômicos atuaram em seu desfavor.

Gráfico 3:



FONTE: Universidade de São Paulo. Portal Latino-Americano: Venezuela.

A análise dos dados apresentados mostra uma visão dos principais indicadores socioeconômicos da Venezuela ao longo de três décadas, com dados de 1990, 2000 e 2010. Esses indicadores incluem o Produto Interno Bruto (PIB), o PIB per capita, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a População Economicamente Ativa (PEA). Ao longo dessas três décadas, é possível observar uma forte tendência de crescimento econômico, social e demográfico que, à primeira vista, tinha tudo para ser promissora. No entanto, a situação da Venezuela, especialmente a partir da década de 2010, sofreu uma transformação radical, principalmente devido a uma combinação de políticas internas por seus governantes e principalmente através das sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos.

As relações de poder entre os Estados Unidos e a Venezuela são fundamentais para entender o contexto das sanções. Desde a ascensão de Hugo Chávez e a adoção de políticas socialistas que desafiavam os modelos econômicos neoliberais, os EUA passaram a ver a Venezuela como um rival geopolítico na América Latina. A aproximação de Chávez com aliados como Cuba e a Rússia também foi vista como uma ameaça à hegemonia americana na região, o que ajudou a justificar, na visão dos EUA, a imposição de sanções.

As sanções financeiras na Venezuela começaram a partir do ano de 2015, na administração de Barack Obama (2009-2016), quando sete funcionários ligados ao governo do Presidente Nicolás Maduro (2013-Presente) tiveram seus ativos confiscados como resposta à corrupção e às violações de direitos humanos que estavam acontecendo no país durante os protestos contra o governo (Mcdowell, 2021. Apud Farias et al., 2022).

De acordo com o gráfico apresentado, o PIB da Venezuela, que em 1990 era de aproximadamente 143 bilhões de dólares, cresceu significativamente, atingindo cerca de 176 bilhões em 2000 e, posteriormente, 239 bilhões em 2010. Esse aumento reflete um período de prosperidade econômica, em grande parte alimentado pela exploração e exportação de petróleo, recurso que sempre desempenhou um papel central na economia venezuelana. Durante a década de 2000, especialmente sob o governo de Hugo Chávez, a Venezuela aproveitou os altos preços do petróleo no mercado internacional, que financiaram programas sociais e políticas de redistribuição de renda. No entanto, esse crescimento foi em grande parte baseado em um modelo econômico dependente de um único recurso, o que tornava o país vulnerável às flutuações do mercado internacional.

No entanto, o crescimento da Venezuela também estava desafiando as relações de poder estabelecidas no Ocidente, e isso provocou uma reação dos Estados Unidos. As políticas de redistribuição de renda e a retórica anti-imperialista de Chávez geraram uma grande tensão com a administração americana, que via o fortalecimento da Venezuela como um risco à sua influência na América Latina.

Segundo os dados mostrados no gráfico, o PIB per capita, por outro lado, permaneceu relativamente estagnado entre 1990 e 2000, com valores próximos de 7.254 dólares em 1990 e 7.214 em 2000. Esse dado reflete que, apesar do crescimento econômico observado no PIB total, a riqueza não foi distribuída de forma equitativa entre a população. Somente em 2010 houve um aumento significativo no PIB per capita, que atingiu 8.251 dólares, o que pode indicar que as políticas de redistribuição de renda começaram a surtir algum efeito na última década observada. No entanto, esse aumento deve ser contextualizado dentro de um período em que os preços do petróleo ainda estavam elevados, o que mascarava problemas estruturais mais profundos na economia venezuelana.

Com base no gráfico apresentado, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede fatores como educação, saúde e renda, também apresentou uma melhoria constante ao longo das três décadas. Em 1990, o IDH da Venezuela era de 0,644, subindo para 0,677 em 2000 e alcançando 0,759 em 2010. Esse aumento reflete um progresso nas áreas sociais, especialmente com relação ao acesso à educação e à saúde, que foram amplamente promovidos pelo governo de Chávez por meio de programas sociais financiados pelo petróleo. O crescimento do IDH é um indicador positivo, mas não pode ser analisado de forma isolada, pois ele não reflete a sustentabilidade dessas políticas a longo prazo, especialmente quando se considera que a economia do país estava cada vez mais dependente das receitas petrolíferas.

Esse avanço nos indicadores sociais de desenvolvimento humano, no entanto, também foi visto pelos Estados Unidos como uma forma de consolidar o poder do regime chavista e aumentar sua influência sobre outros países da região, como parte de uma estratégia para desafiar o modelo neoliberal ocidental. A preocupação com o fortalecimento do poder político e econômico da Venezuela resultou em um aumento das pressões externas, incluindo as sanções, como uma tentativa de conter o que os EUA viam como uma ameaça ao seu controle da América Latina.

Conforme analisado pelos indicadores apresentados no gráfico 3, a População Economicamente Ativa (PEA) também aumentou significativamente, passando de 6.895 pessoas em 1990 para 12.032 em 2010. Isso reflete um aumento na população do país e uma maior incorporação de indivíduos no mercado de trabalho. Esse aumento, combinado com o crescimento do PIB, poderia ser um indicativo de uma economia em expansão e de um mercado de trabalho dinâmico. No entanto, essa visão otimista da economia venezuelana ao longo dessas três décadas é significativamente desafiada pelos eventos subsequentes, especialmente a partir de 2014, quando as sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos começaram a intensificar uma crise econômica e política já em gestação.

O impacto das sanções nas relações de poder também pode ser visto na forma como elas buscavam minar a base de apoio do governo de Maduro, enfraquecendo as políticas públicas voltadas para a população. A imposição de

restrições financeiras e comerciais foi uma forma de limitar a capacidade do governo de Maduro de sustentar sua política interna e sua influência na região.

As sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos à Venezuela, especialmente a partir de 2014, desempenharam um papel crucial na derrocada da economia venezuelana. Inicialmente, essas sanções foram direcionadas a figuras-chave do governo venezuelano e ao setor financeiro, mas, com o passar do tempo, elas foram ampliadas para atingir diretamente o setor petrolífero, que, como mencionado anteriormente, é o principal motor da economia do país. (Farias, 2022).

A incapacidade da Venezuela de vender seu petróleo no mercado internacional, ou de receber pagamentos por essas vendas, resultou em uma queda drástica das receitas governamentais, o que, por sua vez, afetou negativamente todos os aspectos da vida econômica e social do país. De acordo com a CNN, o PIB da Venezuela recuou mais de 62% em 10 anos, saindo de US\$ 258,93, em 2013, para US\$ 97,12 bi em 2023.

Essa deterioração econômica foi, em parte, o objetivo das políticas de poder dos Estados Unidos, que buscavam não apenas enfraquecer a economia venezuelana, mas também derrubar um governo que desafiava sua hegemonia regional. As sanções foram, portanto, uma ferramenta de pressão política e econômica para reverter o modelo chavista e restaurar um sistema de governança mais alinhado aos interesses dos EUA.

O impacto das sanções no PIB da Venezuela foi devastador, mas era algo esperado pelo imperialismo estadunidense.

Medidas tomadas pelos governos norte-americanos na Venezuela incluem a imposição de embargos econômicos que, por exemplo, dificultam a compra de equipamentos tecnológicos para a indústria petrolífera da Venezuela (PDVSA). Outros exemplos são as sanções impostas ao país em agosto de 2017, proibindo a realização de transações com títulos da dívida venezuelana (Ismael, et al, 2023).

A economia venezuelana, que já estava em declínio devido à má gestão e à queda dos preços do petróleo em 2014, entrou em colapso total após as sanções. Sem acesso aos mercados internacionais de petróleo e com a infraestrutura de produção petrolífera em deterioração, a produção de petróleo caiu para níveis históricos, arruinando a principal fonte de renda do país.

Segundo o jornal o Globo, a produção de petróleo da Venezuela caiu para 570 mil barris por dia em maio, segundo a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), um declínio que a coloca em níveis de mais de sete décadas atrás e torna ainda mais sombria a perspectiva de uma economia já devastada.

O aumento do controle dos EUA sobre as políticas internas da Venezuela também pode ser observado nas consequências desse colapso econômico. As sanções, ao enfraquecerem o governo e sua capacidade de gerir a economia, garantiram uma maior conformidade com os interesses externos, mas também contribuíram para a instabilidade política e social que se seguiu.

As consequências desse colapso foram sentidas em toda a economia, com a hiperinflação atingindo níveis sem precedentes. A moeda nacional, o bolívar, perdeu quase todo o seu valor, resultando em uma perda recorrente do poder de compra da população. A inflação chegou a milhões de por cento ao ano, tornando quase impossível para os venezuelanos adquirirem bens básicos, como alimentos e medicamentos.

Além do impacto econômico direto, as sanções também agravaram a crise humanitária na Venezuela. A escassez de alimentos e medicamentos, combinada com o colapso do sistema de saúde, levou a um aumento da mortalidade e à deterioração das condições de vida da população (Curcio, 2018). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que havia mostrado uma melhoria constante até 2010 sofreu uma queda significativa nos anos subsequentes, principalmente entre 2019 e 2022, onde a Venezuela teve uma grande queda do IDH, que caiu para a categoria média, com valor de 0,699. à medida que os avanços sociais conquistados durante a década de 2000 foram revertidos pela crise econômica e humanitária.

Outro efeito devastador das sanções e da crise econômica foi a imigração em massa. Milhões de venezuelanos deixaram o país em busca de melhores condições de vida em outros países, como Colômbia, Brasil e nações da América Latina e além. Essa imigração em massa não só aliviou a pressão sobre o mercado de trabalho interno, mas também criou uma crise humanitária em países vizinhos, que tiveram que lidar com o fluxo de refugiados venezuelanos.

Em 2019, aproximadamente 4 milhões de venezuelanos (12% da população total) estavam registrados como refugiados, residentes estrangeiros

ou solicitantes de refúgio, conforme dados do Conare. Três anos depois, esse número aumentou em cerca de 70%, segundo a Plataforma R4V. Em 2022, dos 6,8 milhões de venezuelanos refugiados e imigrantes no mundo, 84% estavam na América Latina e Caribe, com 5% deles no Brasil. A partir de 2019, o Conare reconheceu a grave violação de direitos humanos na Venezuela, facilitando o processo de reconhecimento do refúgio para os venezuelanos.

A imigração também teve um impacto direto na População Economicamente Ativa (PEA) da Venezuela, já que muitos dos que deixaram o país eram jovens em idade de trabalho, o que reduziu ainda mais a capacidade produtiva da economia venezuelana. Até abril de 2019 há registro de cerca de 16 mil venezuelanos na condição de refugiados. De acordo com a Polícia Federal, são 168 mil venezuelanos em solo brasileiro (Acnur, 2019).

Atualmente, a Venezuela continua a enfrentar uma crise profunda, e as perspectivas de recuperação permanecem incertas. Embora alguns acordos internacionais tenham sido discutidos para aliviar as sanções, e até trocas de prisioneiros para aliviar a tensão entre os Estados Unidos e a Venezuela, a economia do país ainda está em um estado crítico.

O futuro da Venezuela, portanto, continua a ser condicionado pelas relações de poder internacionais e pela interação entre as políticas internas do governo de Maduro e a pressão externa dos Estados Unidos. O setor petrolífero, que outrora era o motor do crescimento econômico, está em ruínas, e as tentativas de diversificação econômica têm sido insuficientes para compensar as perdas no setor de petróleo. Além disso, o governo de Nicolás Maduro continua a enfrentar pressão interna e externa, e a instabilidade política é um fator adicional que dificulta a recuperação econômica. O governo do presidente Joe Biden que negociou uma forma de “trégua” para retirada das sanções, para que assim voltasse a fazer negócio com o país, mas reimpôs as sanções petrolíferas à Venezuela, encerrando um indulto de seis meses, depois de determinar que o regime de Nicolás Maduro não honrou um acordo para permitir uma votação justa nas eleições marcadas para julho de 2024.

Em suma, embora o gráfico mostre uma trajetória de crescimento para a Venezuela até 2010, a realidade atual do país é marcada por uma crise sem precedentes, agravada pelas sanções econômicas dos Estados Unidos e pela má gestão interna, atrelada ao autoritarismo de Maduro. O colapso econômico,

a hiperinflação, a crise humanitária e a imigração em massa são consequências diretas de um modelo econômico insustentável, amplificado pela pressão internacional. O futuro da Venezuela depende de uma série de fatores complexos, incluindo a capacidade do governo de estabilizar a economia, a eventual reversão ou alívio das sanções, um governo que busque melhorias para o seu povo, fazendo com que os direitos humanos sejam respeitados e principalmente a reconstrução das suas instituições econômicas e sociais que estão sendo perdidas com o passar do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, foi possível entender as sanções econômicas como instrumentos de dominação e controle nas relações de poder, exercidas principalmente pelas grandes potências para reforçar sua influência no cenário geopolítico. Cuba e Venezuela, alvo de sanções internacionais prolongadas, ilustram de forma clara como essas medidas, muitas vezes apresentadas como alternativas diplomáticas, operam silenciosamente para condicionar o desenvolvimento e a autonomia de países que desafiam a hegemonia das nações sancionadoras.

No caso de Cuba, o embargo econômico imposto pelos Estados Unidos desde a década de 1960 exemplifica como as sanções atuam para isolar e enfraquecer a economia de uma nação, limitando seu acesso ao mercado global e a recursos estratégicos. Ao impor barreiras comerciais, financeiras e tecnológicas, o embargo foi responsável por uma transformação econômica profunda e duradoura que obrigou o país a buscar alternativas e alianças que garantissem sua subsistência em condições de isolamento. Esse embargo condicionou o modelo de desenvolvimento cubano, restringindo o país a um ciclo de dependência de outros aliados externos e dificultando sua capacidade de se modernizar e diversificar economicamente. Essa situação revela uma relação de poder na qual as sanções funcionam como instrumentos de exclusão, onde Cuba é mantida em uma posição periférica, sujeita a normas econômicas e políticas impostas pela potência sancionadora.

Já na Venezuela, as sanções econômicas intensificadas a partir de 2014 visaram diretamente setores estratégicos como o petróleo, base da economia

nacional. Ao restringirem o acesso da Venezuela ao mercado financeiro internacional e impossibilitarem a negociação de seu principal recurso, essas sanções não apenas enfraqueceram a economia venezuelana, mas também aumentaram a vulnerabilidade social, resultando em uma crise humanitária caracterizada por falta de alimentos e medicamentos, hiperinflação e aumento da pobreza. Esse cenário de exclusão, intensificado pela dependência da Venezuela de um único recurso econômico, reforça o poder das nações sancionadoras e limita a capacidade do país de tomar decisões soberanas sobre seu futuro econômico e político.

Essas sanções ilustram como as relações de poder se manifestam na estrutura econômica global, onde a imposição de restrições econômicas se torna um método de controle indireto. Sem necessitar de ocupação territorial ou intervenção militar, as sanções exercem pressão constante sobre o comportamento político e econômico dos países, configurando uma forma de poder à distância. Assim, a lógica das sanções econômicas atua para reforçar uma hierarquia internacional, na qual as grandes potências utilizam seu domínio sobre os fluxos comerciais e financeiros para moldar o cenário geopolítico a seu favor. Esse poder de restringir ou conceder acesso ao mercado global coloca países como Cuba e Venezuela em posições subalternas, subordinando suas economias aos interesses das nações sancionadoras.

O impacto dessas sanções sobre as populações civis também revela a profundidade de seu alcance, pois afeta diretamente o cotidiano e as condições de vida dos cidadãos, ao limitar o acesso a bens essenciais e aumentar a precariedade dos serviços de saúde, educação e infraestrutura. Em Cuba e na Venezuela, a imposição de sanções prolongadas trouxe impactos que vão muito além das relações governamentais, promovendo um estado de privação contínua que impede o desenvolvimento humano e aprofunda as desigualdades sociais.

Portanto, este estudo conclui que as sanções econômicas operam como um poderoso mecanismo de controle nas relações de poder, onde as grandes potências reafirmam sua hegemonia ao restringir o desenvolvimento de países que desafiam sua influência. Em vez de promoverem estabilidade ou uma mudança construtiva, essas sanções perpetuam ciclos de exclusão e fragilidade, deixando as nações sancionadas em uma condição de dependência e limitação.

Dessa forma, é fundamental que a comunidade internacional reavalie o papel e as consequências das sanções, considerando alternativas que respeitem a soberania dos Estados e promovam soluções baseadas na cooperação e no respeito mútuo. Desse modo, é necessário um debate mais aprofundado sobre o uso das sanções econômicas como instrumento de política externa. Se, por um lado, essas medidas visam evitar o derramamento de sangue em conflitos diretos, por outro, causam danos colaterais e talvez até irreversíveis a curto prazo para as populações civis, perpetuando ciclos de pobreza e instabilidade.

A comunidade internacional deve reavaliar a eficácia e a ética das sanções econômicas, buscando alternativas que minimizem o sofrimento humano e promovam soluções mais equitativas e duradouras para os conflitos globais. É preciso que as sanções, se forem de fato a melhor opção em determinados contextos, sejam aplicadas de maneira mais justa e focada, evitando impactos devastadores sobre aqueles que menos têm a ver com as questões políticas que motivam essas medidas.

REFERÊNCIAS

ACNUR - ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Migrações, refúgio e apatridia: guia para comunicadores**. Brasília: ACNUR. IDH. AVINA. MIGRAMUNDO. FICAS, 2019.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina**. Editora José Olympio, 2012.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: Territórios de Exclusão**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CNN. **Russia sign economic deal despite protests**. 2014. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2013/12/17/world/europe/ukraine-protests/>. Acesso em: 13 maio 2024.

COELHO NETO, Agripino Souza. Componentes Definidores do Conceito de Território: A Multiescalaridade, a Multidimensionalidade e a Relação Espaço-Poder. In: DIAS, Carlos Alberto; SILVA, Carlos Roberto; COELHO, Agripino Souza (Orgs.). **Geografia, Estado e Sociedade**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 69-85.

COELHO, Marcos Aurélio Sá. **A Reinvenção do Território: O Novo Paradigma da Geografia Política**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

CONARE - Comitê Nacional para os Refugiados. **Refúgio em Números - 4ª edição**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3QeW0MY>. Acesso em: 23 set. 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Território, Espaço e Poder: Abordagens na Geografia Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CURCIO, Pasqualina. **Hiperinflación: arma imperial**. Caracas: Editorial Nosotros Mismos, 2018.

DUCKENFIELD, Mark. **Sanções Econômicas**. MILITARY REVIEW, 2022. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2013/12/17/world/europe/ukraine-protests/>. Acesso em: 13 maio 2024.

FARIAS, Hélio Caetano; LOURES, Débora Bedim; GÓIS, Carolina Côrtes. **A moeda como fonte de poder: as sanções financeiras e a “bomba-dólar” em Cuba e na Venezuela | Currency as a source of power: financial sanctions and the “dollar bomb” in Cuba and Venezuela**. Mural Internacional, v. 13, p. e66889-e66889, 2022.

GRANMA. **As sanções econômicas, principal barreira para o desenvolvimento de Cuba**. Granma, 13 out. 2016. Disponível em: <https://pt.granma.cu/cuba/2016-10-13/as-sancoes-economicas-principal-barreira-para-o-desenvolvimento-de-cuba>. Acesso em: 10 set. 2024.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **The New Imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

ISMAEL, Vinicius de Paula; ROSALIN, João Paulo; DO NASCIMENTO, Ramon Spironello. **O crescimento da fome na Venezuela: a dependência econômica e o papel da ofensiva imperialista**. Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia, v. 21, n. 2, p. 124-135, 2023.

Lakatos, E. M.; Marconi, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LÓPEZ, Delia Luisa. Período especial y democracia en Cuba. **Cuadernos Africa América Latina. Revista de Análisis Sur Norte para una cooperación Solidaria**, v. 94, n. 164, p. 53-76, 1994.

Marconi, M. de A.; Lakatos, E. M. **Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARRECO, Juliana Visentin Ferreira. **Sanções Econômicas Internacionais: Conceitos, Aplicabilidade e Extensão Global**. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica de Direito, 2018.

MARTINEZ, Alfredo J. G. **Da Revolução Cubana à Era Obama: das tensões à normalização**. Esboços, v. 24, n. 38, dez. 2017.

MELLO, Michele de. **Em Seis Anos de Bloqueio, Venezuela foi Alvo de 150 Sanções e 11 Tentativas de Golpe**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/08/em-seis-anos-de-bloqueio-venezuelafoi-alvo-de-150-sancoes-e-11-tentativas-de-golpe>. Acesso em: 25 nov. 2023.

R4V - Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela. **Refugiados y Migrantes de Venezuela**. Cidade do Panamá: R4V, 5 ago. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3q4YIKa>. Acesso em: 18 set. 2024.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RESENDE, João Victor de Sá. **A teoria das sanções econômicas internacionais e o embargo de Cuba**. 2022.

Sampieri, R. H.; Collado, C. F.; Lucio, M. del P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTORO, Maurício. **Cuba após a Guerra Fria: mudanças econômicas, nova agenda diplomática e o limitado diálogo com os EUA**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 53, n. 1, p. 130-140, 2010.

SANTOS, C. V. **A imposição de sanções internacionais**. Monografia (TCC em Direito), USP, São Paulo, 2002.

SILVA, Marcos Antonio da. **Revisitando a Guerra Fria: autonomia relativa e dependência na relação Cuba-URSS**. Revista de Geopolítica, v. 4, n. 2, p. 104-126, jul./dez. 2013.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Portal Latino-Americano: Cuba.** Disponível em: <https://sites.usp.br/portallatinoamericano/cuba>. Acesso em: 24 set. 2024.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Portal Latino-Americano: Venezuela.** Disponível em: <https://sites.usp.br/portallatinoamericano/venezuela>. Acesso em: 24 set. 2024.

VAINER, Carlos B. **Pátria, Empresa e Mercadoria: Notas sobre a Estratégia Discursiva do Planejamento Estratégico Urbano.** São Paulo: Vozes, 2000.

VALÉRIO, Marco Aurélio Gumieri. **Sanções econômicas internacionais.** São Paulo: Saraiva Educação SA, 2017.

VALÉRIO, Marco Aurélio Gumieri. **Sanções econômicas internacionais.** [S.l: s.n.], 2017. E-book.

VASCONCELOS, Joana Salém. Cuba e a dependência externa: passado e presente. **REBELA-Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v. 6, n. 1, 2016.

WEISBROT, Mark; SACHS, Jeffrey. **Sanções econômicas como punição coletiva: o caso da Venezuela.** Center for Economic and Policy Research, 2019.